

sulgás

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
AV. CARLOS GOMES, 700 – 8º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 | NIRE: 43.000.033.104

Mensagem da Administração:

Responsável pela distribuição de gás natural em todo o Rio Grande do Sul, a Sulgás fechou o ano de 2024 com performance positiva mesmo em virtude de um cenário desafiador marcado pelos eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás acompanhou de perto os impactos nas operações, instaurou um comitê de crise para acompanhar e garantir a segurança dos colaboradores e suas famílias, monitorou os impactos nas redes de distribuição, garantiu a continuidade de fornecimento e uma comunicação tempestiva com seus clientes e fornecedores, assim como se disponibilizou para apoiar o Governo do Estado.

A Sulgás fechou o ano com um Lucro Líquido de R\$ 139,7 milhões e um volume de gás distribuído de 2,1 milhões de m³/dia representando um aumento de 7% em relação a 2023. Com o firme propósito de contribuir para o desenvolvimento do Estado, a Sulgás investiu 51% mais do que em 2023, fechando os 12 meses com um total de R\$ 103 milhões.

O ano de 2024 também foi importante na conexão de novos clientes em todos os segmentos atendidos pela Sulgás (industrial, residencial, comercial e veicular), alcançando a marca histórica de 102 mil usuários representando um aumento de 14% em relação a 2023.

Por fim, foi concluído mais um exercício com um avanço no processo de transformação da Sulgás, com implementação de novos projetos estratégicos e a definição de objetivos claros para a continuidade do crescimento em 2025.

MARCELO XAVIER LEITE
Diretor-Presidente

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais – R\$)				Demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)			
Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	117.865	145.907	Empréstimos e financiamentos	17	19.922	1.641
Contas a receber de clientes	9	126.745	115.140	Passivos de arrendamento	16	3.747	2.464
Estoques		10.370	5.871	Fornecedores	19	138.344	133.387
Recebíveis de partes relacionadas	10	-	55	Ordenados e salários a pagar		9.177	9.101
Impostos e tributos a recuperar	11	34.062	27.115	Impostos e tributos a pagar	11	22.509	6.248
Outros ativos		16.758	3.566	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	28.223	38.446
Ativo circulante		305.800	297.654	Pagáveis a partes relacionadas	10	3.272	1.325
Contas a receber de clientes	9	534	802	Outras contas a pagar		6.935	8.127
Caixa restrito	8	4.100	4.100	Passivo circulante		232.129	200.739
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	12.132	13.749	Empréstimos e financiamentos	17	174.874	138.375
Impostos e tributos a recuperar	11	118.642	105.461	Passivos de arrendamento	16	7.423	9.615
Depósitos judiciais	20	990	1.862	Provisão para demandas judiciais	20	6.135	4.320
Outros ativos		13.061	23.272	Passivo setorial	12	144.138	135.267
Intangível	14	283.388	233.328	Passivo não circulante		332.570	287.577
Ativos de contrato	15	26.512	16.963	Capital social		81.187	81.187
Direito de uso	16	9.782	10.881	Reserva de lucros		129.055	138.569
Ativo não circulante		469.141	410.418	Patrimônio líquido	21	210.242	219.756
Total do ativo		774.941	708.072	Total do passivo		774.941	708.072

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Reserva de lucros				
				Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		216.461	227.865					
Ajustes por:								
Amortização			41.196					
Provisão para demandas judiciais	23	45.931	(909)					
Juros e outros resultados financeiros, líquidos	24	(837)	20.529					
Provisão de bônus e participação no resultado		2.796	4.312					
Provisão para perdas de crédito esperadas	9	6.098	5.769					
Outros		(485)	566					
Varição em:								
Contas a receber de clientes		(15.120)	4.609					
Estoques		(4.014)	314					
Impostos e tributos a recuperar e a pagar, líquidos		(81.190)	(107.417)					
Partes relacionadas, líquidas		2.002	-					
Fornecedores		4.957	(12.072)					
Ordenados e salários a pagar		(2.720)	(1.807)					
Outros ativos e passivos, líquidos		(16.588)	(30.004)					
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		182.459	152.951					
Fluxo de caixa de atividades de investimento								
Adições ao intangível e ativos de contrato		(87.038)	(68.415)					
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(87.038)	(68.415)					
Fluxo de caixa de atividades de financiamento								
Captações de empréstimos e financiamentos	17	47.297	61.500					
Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	17	(8.138)	(5.166)					
Pagamento de principal e juros sobre arrendamentos	16	(4.281)	(3.806)					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21	(158.461)	(151.398)					
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(123.583)	(98.870)					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	145.907	160.241					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	117.745	145.907					
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(28.162)	(14.334)					

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		216.461	227.865
Ajustes por:			
Amortização			41.196
Provisão para demandas judiciais	23	45.931	(909)
Juros e outros resultados financeiros, líquidos	24	(837)	20.529
Provisão de bônus e participação no resultado		2.796	4.312
Provisão para perdas de crédito esperadas	9	6.098	5.769
Outros		(485)	566
Varição em:			
Contas a receber de clientes		(15.120)	4.609
Estoques		(4.014)	314
Impostos e tributos a recuperar e a pagar, líquidos		(81.190)	(107.417)
Partes relacionadas, líquidas		2.002	-
Fornecedores		4.957	(12.072)
Ordenados e salários a pagar		(2.720)	(1.807)
Outros ativos e passivos, líquidos		(16.588)	(30.004)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		182.459	152.951
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Adições ao intangível e ativos de contrato		(87.038)	(68.415)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(87.038)	(68.415)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	17	47.297	61.500
Pagamento de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	17	(8.138)	(5.166)
Pagamento de principal e juros sobre arrendamentos	16	(4.281)	(3.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21	(158.461)	(151.398)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(123.583)	(98.870)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	145.907	160.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	117.745	145.907
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(28.162)	(14.334)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

· Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 2.250, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento (Nota 16).
· Dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos e não deliberados no montante de R\$ 28.223 (Nota 21).

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, quando existentes são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto se de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia é controlada pela Compass UM Participações S.A por meio de participação direta de 51% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final.

A Companhia tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado no Estado do Rio Grande do Sul para consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo, termoelétrico e cogeração através do contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado em abril de 1994, junto ao Poder Concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado do Rio Grande do Sul (AGERGS), por um prazo de 50 (cinquenta) anos.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International

Accounting Standards Board (IASB).
A Administração concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 18 de fevereiro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de julgamentos e estimativas:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – determinação dos montantes de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas.
- Nota 12 – incerteza quanto ao valor, quando e como o passivo setorial será restituído.
- Nota 13 – determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota 14 – avaliação da recuperabilidade do intangível.
- Nota 16 – determinação da taxa de desconto incremental e opção de renovação ou compra para apuração do direito de uso e passivo de arrendamento.
- Nota 17 – determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão.
- Nota 20 – determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais.

4. Normas contábeis

Normas contábeis recentemente adotadas:

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um sale leaseback que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de sale and leaseback.
IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis	A alteração na norma específica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.
IAS 7 / CPC 03 e IFRS 7 / CPC 40 – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	As alterações introduzem novos objetivos de divulgação para transações de financiamento de fornecedores (risco sacado) incluindo termos e condições e prazos de recebimento.
IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e IFRS 09/ CPC 48 – Instrumentos financeiros	As alterações trazem ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

As alterações discorridas acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.	As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis.
IFRS 01 / CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.	Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Companhia não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

>>>Continua

Norma aplicável		Principais requisitos ou mudanças na política contábil	
IFRS 09 / CPC 48 - Instrumentos financeiros. IFRS 07 / CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação.		As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam que determinados requisitos da norma sejam mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: • classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Environmental, Social and Governance ("ESG"); e • desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. <u>Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.</u>	
IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto. ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.		A atualização alinha as práticas contábeis do Brasil às internacionais. <u>Atualmente, a Companhia não é elegível para a aplicação.</u>	
Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.			
5. Informação por segmento			
A Companhia exerce uma única atividade operacional relacionada à distribuição de gás natural canalizado, e, portanto, atua com um único segmento reportável. O segmento reportável é utilizado pela Administração da Companhia (o Chief Operating Decision Maker) para avaliar o desempenho da Companhia e tomar decisões com relação à alocação de recursos. A Companhia avalia o desempenho do seu segmento reportável com base no lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization").			
6. Ativos e passivos financeiros			
Política contábil: A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios: • O modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e • Se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: • Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado. • Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.			
Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:			
		31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Custo Amortizado		117.865	145.907
Caixa e equivalentes de caixa		4.100	4.100
Caixa restrito		127.279	115.942
Contas a receber de clientes		-	55
Recebíveis de partes relacionadas		249.244	266.004
Passivos			
Custo Amortizado			
Empréstimos e financiamentos		(194.796)	(140.016)
Passivos de arrendamento		(11.170)	(12.079)
Fornecedores		(138.344)	(133.387)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(28.223)	(38.446)
Pagáveis a partes relacionadas		(3.272)	(1.325)
Passivo setorial		(144.138)	(135.267)
		(519.943)	(460.520)
7. Gestão de risco financeiro			
Política contábil: O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. Risco da taxa de juros A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável. Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:			
	Cenário Provável		
	31/12/2024	Indexador	Valor
	25%	50%	
Caixa e equivalentes de caixa	117.865	CDI 134.720	138.928
Caixa restrito	4.100	CDI 4.686	4.833
Empréstimos e financiamentos	(194.796)	IPCA (204.348)	(208.647)
	(25%)	(50%)	
Caixa e equivalentes de caixa	130.500	126.293	
Caixa restrito	4.540	4.393	
Empréstimos e financiamentos	(201.731)	(199.413)	
Risco de preço e mercado A Companhia possui uma margem mínima assegurada através do contrato de concessão, o risco de preço acontece momentaneamente entre as revisões tarifárias até que uma nova tarifa seja deliberada pelo Poder Concedente. Risco cambial Os riscos cambiais estão relacionados as flutuações do dólar que impactam diretamente no preço de aquisição do gás. Este risco é mitigado no repasse ao consumidor final via tarifa, quando deliberado pelo Poder Concedente. Risco de crédito As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. Os montantes quando existentes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:			
	31/12/2024	31/12/2023	
AAA	13.992	84.576	
AA	103.873	61.331	
Risco de liquidez A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.			
Os principais passivos financeiros de longo prazo da Companhia são classificados pelas datas de vencimento e estão demonstrados nas notas 16 e 17.			
8. Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito			
Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Companhia possui caixa restrito para garantir certos eventos de indenização. A classificação do caixa entre ativo circulante e não circulante se dá conforme as regras contratuais de liberação dos valores a cada uma das partes.			
		31/12/2024	31/12/2023
Caixa		69	257
Bancos conta movimento			
Equivalentes de caixa - aplicações em bancos			
Operações compromissadas		13.524	8.768
Certificado de depósitos bancários - CDB		104.272	136.882
		117.865	145.907
Caixa restrito			
Caixa restrito em operação financeira (i)		4.100	4.100
<i>(i) Valor em garantia ao BNDES em conta reserva no Banco do Estado do Rio Grande do Sul podendo ser resgatado ao final do prazo de pagamento dos empréstimos e financiamentos.</i>			
As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, com rendimentos e liquidez diários.			
9. Contas a receber de clientes			
Política contábil: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devida por um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas sofridas, as quais podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.			
		31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber		141.912	137.338
Receita não-faturada (i)		13.082	1.453
		154.994	138.791
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas		(27.715)	(22.849)
		127.279	115.942
<i>(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.</i>			
A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:			
		31/12/2024	31/12/2023
A vencer		123.660	109.571
Vencidas:			
Até 30 dias		3.869	4.874
De 31 até 60 dias		1.508	587
De 61 até 90 dias		335	286
Acima de 91 dias		25.622	23.473
		154.994	138.791
A variação na provisão para perda de crédito esperadas é a seguinte:			
		31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		(22.849)	(17.080)
(Adições) reversões		(6.098)	(6.607)
Baixas		1.232	838
		(27.715)	(22.849)
10. Partes relacionadas			
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:			
		31/12/2024	31/12/2023
Recebíveis			
Operações contratuais		-	55
Compass Gás e Energia S.A.		-	55
Pagáveis			
Operações contratuais		2.095	-
Compass Gás e Energia S.A.		1.177	1.325
Commit Gás S.A.		3.272	1.325
Transações com partes relacionadas:			
		31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional		-	2.081
Raizem S.A.		-	2.081
Despesas compartilhadas reembolsadas			
Compass Gás e Energia S.A.		(4.246)	(637)
Commit Gás S.A.		(2.540)	(3.937)
		(6.786)	(4.574)
Remuneração dos administradores e diretores:			
A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições e benefícios.			
		31/12/2024	31/12/2023
Despesas compartilhadas reembolsadas		2.493	3.957
Remuneração e benefícios de curto prazo		139	104
Previdência privada (i)		2.632	4.061
<i>(i) A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (função de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.</i>			
11. Impostos e tributos			
Política contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando esse direito for assegurado e são reconhecidos quando há tributos pagos que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os passivos fiscais são mensurados ao custo e representam uma obrigação presente junto as autoridades fiscais. A composição dos impostos e tributos é a seguinte:			
		Valores a recuperar	Valores a pagar
		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	20.598	18.211	(1.721)
PIS - Programa de Integração Social (i)	23.005	19.638	(152)
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	105.958	90.452	(1.594)
IRPJ - Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas	1.979	3.234	(11.908)
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	990	932	(4.799)
Outros	174	109	(2.335)
	152.704	132.576	(22.509)
		(6.248)	
<i>(i) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valerá a partir de 15 de março de 2017 - data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. Em 2021, face ao direito líquido e certo em decorrência da repercussão geral estabelecida pela decisão do STF, a Companhia reconheceu créditos tributários referente ao período de março/17 até março/21, no valor de R\$ 38.994 os quais foram totalmente aproveitados ao longo de 2022. Foram reconhecidos também, créditos tributários referente ao período de outubro/11 até fevereiro/17 no valor de R\$ 47.108, em decorrência da Ação Coletiva de Repetição de Indébito n.º 60722-58.2016.4.01.3400, movida pela ABEGÁS. O montante atualizado monetariamente reconhecido nos saldos a recuperar de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 90.909 (R\$85.555 em 31 de dezembro de 2023).</i>			
12. Ativos e passivos setoriais			
Política contábil: Os montantes setoriais quando regulamentados, têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da distribuidora, em função de eventual diferença entre os valores reais incorridos (margem mínima contratual, custo de gás e alíquotas de tributos, entre outros componentes) quando comparados com os montantes efetivamente deliberados pela agência reguladora e contemplados na tarifa vigente. Ativos setoriais Os valores que representam um saldo a receber pela Companhia não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, pois, nas normas internacionais e brasileiras de contabilidade não há consenso firmado quanto a se a legislação em vigor (a qual cabe única e exclusivamente ao Poder Concedente redigir e aprovar) garante, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo, dessa forma se caracterizando como um ativo contingente não passível de reconhecimento. Tal entendimento decorre de que, sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade. A cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, prevê apenas a indenização dos valores referente a bens do ativo adquiridos e construídos associados a infraestrutura de distribuição de gás, logo para regulamentar o os montantes setoriais e garantir o recebimento pela Companhia, o Poder Concedente, precisaria aditar o contrato de concessão, ou emitir deliberação que regulamentaria e identifica clara e objetivamente o Poder Concedente ou outro agente como a contraparte responsável pela liquidação ou realização financeira dos montantes a favor da Companhia. Diante da fundamentação acima, a Companhia concluiu haver incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos setoriais como valores efetivamente a receber, não os reconhecendo nas demonstrações financeiras. Passivos setoriais Assim como fundamentado para os ativos setoriais, o passivo setorial também deve ser regulamentado pelo Poder Concedente, entretanto, em virtude ao julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706, a Companhia reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS referente aos anos de 2011 até 2021 (vide detalhamento na nota explicativa 11), montantes esses que na época compunham o cálculo da tarifa, a qual foi utilizada no faturamento aos consumidores finais. Dada a incerteza quanto à necessidade de ressarcimento aos consumidores finais desses valores, a Companhia concluiu que, por mais que o passivo setorial não esteja regulamentado, os montantes deveriam ser provisionados, uma vez que se trata de um resultado de evento passado que pode gerar uma provável obrigação presente			
		31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		135.267	125.719
Atualização monetária - SELIC		8.871	9.548
		144.138	135.267
<i>A revisão tarifária ordinária de 2024, prevista para ser concluída no primeiro semestre do exercício, enfrentou atrasos por parte da AGERGS, decorrentes principalmente das enchentes que afligiram o Estado do Rio Grande do Sul, comprometendo temporariamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A AGERGS em dezembro de 2024 deliberou um reajuste na margem bruta, estabelecendo-a em R\$ 0,5014 por metro cúbico de gás natural, entretanto, tal deliberação, apresentou certas divergências dos parâmetros previstos no contrato de concessão e em revisões tarifárias anteriores, e por esse fator, até então não houve homologação final por parte da AGERGS das tabelas tarifárias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o respectivo atraso não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.</i>			
13. Imposto de renda e contribuição social			
Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicável. Imposto de renda e contribuição social corrente É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferido É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. Exposição fiscal Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Na existência de prejuízos fiscais e bases negativas reconhecidas, não há prazo para o uso, mas o uso desses prejuízos fiscais e bases negativas está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:			
		31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		216.461	227.865
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)		(73.597)	(77.474)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:			
Juros sobre capital próprio (nota 21)		2.281	2.334
Exclusões (adições) permanentes, líquidas		(5.415)	1.063
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)		(76.731)	(74.077)
Taxa efetiva - %		35%	33%
>>>Continua			

